

10 ANOS DE LUTA
ADUFRGS
1978/1988
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

ANO I • N.º 01 • JUNHO 88

ADverso

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

Não esqueça de telefonar ou telegrafar ao Dep. Luiz Roberto Ponte, que também é seu "colega" na UFRGS, dizendo o que você pensa de sua atuação em nome da "justiça social" na Constituinte. Telefone do Deputado é (061) 223-1698. End. Câmara dos Deputados - Anexo IV, Gabinete 956, Brasília - DF. CEP 70160.

ADUFRGS
1978/1988
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

ANO I • N.º 01 • JUNHO 88

ADverso

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

Não esqueça de telefonar ou telegrafar ao Dep. Luiz Roberto Ponte, que também é seu "colega" na UFRGS, dizendo o que você pensa de sua atuação em nome da "justiça social" na Constituinte. Telefone do Deputado é (061) 223-1698. End. Câmara dos Deputados - Anexo IV, Gabinete 956, Brasília - DF. CEP 70160.

EDITORIAL

O ADverso, jornal da ADUFRGS, nasce no momento em que a Associação completa dez anos de existência. Surge para ser um instrumento da luta sindical de uma categoria de profissionais assalariados. Surge com a certeza de que estes interesses não se esgotam em si mesmos, mas articulam-se com a defesa de uma Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática e Competente.

Assim o ADverso será um instrumento de reflexão crítica sobre a situação atual da Universidade brasileira, dominada pelo projeto conservador saído da Reforma de 68. Um projeto que tem raízes profundas na crise do nosso sistema social.

AS CASSANDRAS SE ASSANHAM

Renato de Oliveira

Eleito o Reitor, feitos os discursos que sublinham a “importância do processo que vivemos na Universidade” e outras mesmices do gênero, entramos na fase de expectativa da sua nomeação. Fase propícia a que (é sabido!) muitos neguem a própria eleição.

Pois não faltam os “democratas” que, após cumprido o ritual dos debates e das urnas, já vão adiantados, sorrizinho maroto, nos conchavos que constituem “o verdadeiro teatro” desta triste história. E certamente também não faltam aqueles que, em nome de evitar o “mal maior”, já se preparam para o “grande sacrifício” de, eventualmente nomeados, “ter” que assumir um cargo para o qual não foram escolhidos...

Enfim, passada a festa da eleição, já se distinguem os preparativos da festa dos esbulhadores. Meios e instrumentos para isto são fartos. De resto, o governo federal tem-se mostrado disposto a retomar os mecanismos de controle direto sobre a vida universitária, de cortar experiências — limitadas mas reais — de autonomização das universidades. E do lado de cá estão disponíveis para quem quiser ouvir os surrados argumentos que vêm qualquer ato de ousadia (como a eleição de um candidato **claramente** comprometido com a comunidade universitária) como uma radicalização inconseqüente face ao poder — nestas horas, a pusilanimidade sempre tira pose de prudência!...

Mas não nos enganemos. É impossível negociar com o tirano. Não há “meio termo” no intervencionismo ministerial sobre as universidades, assim como não há “meio termo” na transição prometida à Nação: ela é democrática ou não é!

É verdade que, por um momento, o MEC ensaiou uma mudança de estilo. Em lugar da imposição de medidas e da política de fatos consumados, iniciativas como a chamada “Comissão de Alto Nível” pareciam indicar novos rumos: não necessariamente a mudança nos conteúdos da política educacional, mas o privilegiamento do debate ideológico, da persuasão e mesmo da cooptação de parcelas do corpo docente como mecanismos de execução dessa política.

Bastou, no entanto, um embate mais sério (o Projeto GERES e sua derrota pelo movimento docente ofereceu esta oportunidade) para que os ideólogos do MEC lembrassem que, afinal, foi preciso o uso da força, da repressão pura e simples, para implantar nada mais que sua precursora, a Reforma Universitária de 1968. E que somente a força impediu um processo de “radicalização” que, nos anos 60, ameaçava democratizar o sistema de ensino superior no país.

De lá para cá o que mudou em essência? O propalado desenvolvimento econômico, a modernização relativa de uma parcela das classes sociais e a internacionalização do mercado acaso esvaziaram a sociedade das contradições que, naquela época, impulsionavam a “radicalização” da Universidade? O simples fato de que hoje os governantes se ocupam **também** com um movimento docente enquanto ontem se ocupavam apenas com um movimento estudantil dá uma medida da resposta a esta questão.

Do ponto de vista deste governo, portanto, não há alternativa possível. Afinal a Reforma Universitária de 68 cumpriu o objetivo central de garantir o controle burocrático-militar sobre as universidades. Muita gente gostou e hoje pede mais.

Renato de Oliveira, 1.º Vice-Presidente da ADUFRGS, é professor do Departamento de Odontologia Preventiva e Social da Faculdade de Odontologia da UFRGS.

A Carta Aberta que inaugura esta seção é uma homenagem póstuma à Maria Helena Curcio Célia, professora do Instituto de Letras da UFRGS, falecida em 2 de novembro de 1987, por afogamento, na Praia da Joaquina, em Santa Catarina.

A carta foi lida pelo professor Sérgio Nicolaiewsky, presidente da ADUFRGS, na abertura do 7.º Congresso Nacional da ANDES, realizado em janeiro último, em Juiz de Fora, MG. O Congresso também homenageou o cartunista Henfil que emprestou seu talento à confecção das peças promocionais da campanha política responsável pela eleição da atual diretoria da ANDES.

A partir desta edição, “CARTAS” é um espaço aberto a todos os leitores que queiram tornar público seu pensamento sobre o ADverso, a ADUFRGS, ou outro assunto que seja de interesse dos docentes universitários.

Para Maria Helena



Querida Maria Helena,

Lembramos sempre de ti com o maior carinho. Lembramos teu despontar no movimento durante a greve de 84; tua incansável participação no Comando de Greve no início deste ano. O pessoal da Letras, em especial, recorda tua atuação extraordinária como representante da Unidade no Conselho da Associação. Estamos sentindo tua falta no grupo de apoio à atual Diretoria por cuja eleição batalhaste com tanta convicção.

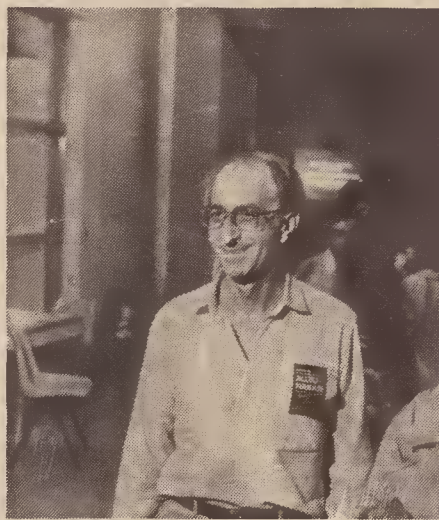
Mais do que isso, temos muita saudade de tua disponibilidade sem limites para ouvir nossas dúvidas e ansiedades, para ajudar na redação de nossos trabalhos, da força que davas aos nossos pequenos sonhos e ambições. Até andamos meio dispersos agora que não estás aqui para promover animadas festas por todos os motivos e por motivo nenhum.

De repente todas nossas lembranças parecem muito pequenas para sintetizar tua multiplicidade e dinamismo inigualáveis e todo o carinho que emanavas. Todo o nosso discurso soa banal e frio quando tentamos descrever tudo o que conseguias fazer de forma tão eficiente, tudo o que significavas para tanta gente.

Seria bom se pudessémos fingir que só foste a Santa Catarina para teu doutoramento. No entanto, temos que olhar na cara um enorme vazio e tentar preenchê-lo com a imagem de uma mulher exuberante, de mãos gesticulantes, cabelos crespos quase cobrindo olhinhos apertados, de voz rouca e potente e um riso escrachadíssimo. Uma imagem forte e quente de quem viveu intensamente cada minuto, cada amigo, cada raio de sol.

Na impossibilidade de questionar o Criador deste mar inexplicavelmente violento sobre essa saudade dolorida, nos encontramos ainda perplexos ante tão subita e inesperada separação.

Teus colegas e amigos da ADUFRGS.



NOVA ADMINISTRAÇÃO JÁ TRABALHA NA UFRGS

Professores, funcionários e alunos da UFRGS, organizados em seis grupos de trabalho (Política Acadêmica, Política Pessoal, Atividades Meio, Política de Extensão, Assistência e Estrutura Universitária) discutem projetos para a nova administração da Universidade, a ser instalada a partir de agosto deste ano. Trata-se de uma proposta do Reitor eleito, Alceu Ferrari, que chama a comunidade a participar das decisões e caminhos a serem traçados.

Cada grupo, segundo a professora Celi Pinto, do Departamento de Ciências Sociais, está aberto à participação de novos membros que queiram apresentar sugestões nas diversas áreas onde atuam.

CONSTITUINTE RETARDA APOSENTADORIA

Os professores universitários não poderão mais se aposentar aos 25 (mulheres) e 30 anos (homens) de trabalho, como os professores de 1.º e 2.º graus, pois a nova Constituição suprimirá este direito. A aposentadoria passará a ser aos 35 anos para os homens e aos 30 para as mulheres. A distinção entre os docentes de 3.º grau e seus colegas de 1.º e 2.º graus foi introduzida pelo Deputado do PMDB gaúcho Luis Roberto Ponte, que também se diz professor universitário. Ponte, ao justificar sua proposta, afirma que “duvido que algum professor que conheça a realidade do trabalho daqueles que constituem 80% da massa de empregados no país, tenha a ousadia de dizer que trabalha em condições mais adversas”, considerando que seria uma “injustiça manter a discriminação”.

A emenda que pretendia antecipar em cinco anos a aposentadoria foi derrotada por 260 votos a 157, tendo no deputado gaúcho seu mais ferrenho opositor. Ele chegou a declarar que “professores universitários, que muitas vezes lecionam quatro horas por semana, em ar condicionado,

pretendem, em nome da justiça social, aposentar-se cinco anos antes que os serventes da construção civil, por exemplo, que freqüentemente morrem antes de terminar seus 35 anos de trabalho, quando terão direito a se aposentar”.

“O crocodilo come a vítima e depois chora”, afirma Renato de Oliveira, 1.º Vice-presidente da ADUFRGS. “A ANDES, e todo o movimento docente, lutou na Constituinte entre outras coisas para a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, não só para que mais trabalhadores cheguem vivos à época da aposentadoria, como também para que milhares que hoje morrem por falta de trabalho pudessem encontrar um emprego. Como todos sabemos, justamente o Dep. Ponte foi um dos mais ferrenhos opositores a esta proposta.”

“Quanto a afirmar que os docentes universitários tem ‘vida mansa’”, continua o prof. Renato, “está claro que esse Deputado não tem a menor idéia do que seja trabalho na universidade ou fora dela.”

DEBATE: A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO

A avaliação da Universidade desde 1981 preocupa os docentes brasileiros. Este ano, o assunto voltou a debate, com a publicação de um editorial pelo jornal Folha de São Paulo e, desde então, inúmeros têm sido os artigos publicados em diversos jornais do País a respeito do assunto. Isso não quer dizer, no entanto, que o tema esteja esgotado. Pelo contrário, a cada dia a polêmica torna-se mais acesa. Como contribuição a essa discussão, publicamos o artigo do ex-presidente da ANDES, Newton Lima Neto, divulgado no mesmo jornal, no dia 8 de março deste ano, e os dos professores Louremi Escolami Saldanha e Fábio de Lima Beck, da UFRGS.

AVALIANDO A AVALIAÇÃO

NEWTON LIMA NETO

A matéria publicada na Folha no dia 21/2 taxando de improdutivos professores da USP supostamente sem publicação no biênio 85-86, segundo levantamento realizado pela reitoria, suscita uma série de considerações. Artigos anteriores, produzidos pela Adusp ou por eminentes colegas daquela instituição, publicados por este jornal, já apresentaram, tanto sob o ponto de vista ético, quanto acadêmico e político, considerações pertinentes sobre o sensacionalismo da matéria com condenação explícita à estapafúrdia ação da reitoria.

Neste artigo pretendemos abordar um dos aspectos da polêmica: o processo de avaliação em si.

Para tanto, é preciso inicialmente esclarecer, antes que nos seja atribuída a pecha de opositores da avaliação — desfechada levemente a quem ousa questionar os descaminhos em que ela foi metida — que, em artigo publicado nesta seção em 3/1/87, alertamos a opinião pública sobre a complexidade da questão, em função dos diferentes objetivos existentes e das especificidades das atividades acadêmicas. Propugnamos que o problema não estava na necessidade ou não da avaliação, mas sim em como e para que avaliar.

Quanto aos objetivos, sustentamos que para o governo a avaliação se traduz como um eficiente mecanismo de controle e legitimação da sua política educacional privatizante e essencialmente reprodutora de conhecimento. “Para os professores, através do movimento docente organizado, a avaliação, lançada como bandeira de luta em 1981, muito antes, portanto, de o governo, as reitorias ou a imprensa tocarem no assunto, é instrumento imperioso articulado com a luta pelo estabelecimento de um padrão unitário de qualidade que visa promover a elevação real da qualidade das universidades públicas e privadas brasileiras, buscando-se, acima de tudo, a produção do saber.

Os docentes, portanto, são os primeiros interessados no processo de avaliação. Não só se submetem cotidianamente a ela, como parte integrante da sua vida profissional, como bem mostrou o artigo da professora Marilena Chaui nesta Folha em 24/2, como lutam para sua sistematização e aperfeiçoamento, para que os bolsões de mediocridade implantados pelo regime militar e fertilizados pela política da nova República sejam efetivamente extirpados, oxigenando e fortalecendo a proposta da universidade pública.

ca, gratuita, democrática e competente tão sonhada.

A disposição dos docentes à avaliação permanente do seu trabalho não é apenas teoria. Para dar um exemplo, certamente bastante significativo, é fundamental lembrarmos que todos os docentes da rede federal de ensino superior, após tentativas infrutíferas de acabar com insuportáveis distorções da carreira via conversações com o MEC, viram-se obrigados a paralisar as atividades em todas as instituições entre abril e maio do ano passado, para então conquistarem uma carreira única que acabou com o trenzinho de alegria e estabeleceu dentro outros pontos: 1) contratação e promoção à classe de professores titular exclusivamente por concurso; 2) promoção vertical por titulação (mestrado e doutorado); 3) promoção horizontal por avaliação, de dois em dois anos, Pasmem, pois esses pressupostos básicos associados ao serviço público não existiam na rede federal. Foi preciso conquistá-los à força. Na rede privada a luta é a mesma, encontrando, por parte dos mercadores de ensino, óbices óbvios de quem se preocupa com o lucro e não com a qualidade do ensino ministrado. Mais de 90% dos professores da rede particular não têm carreira, recebem baixos salários por hora-aula, num

mecanismo perverso de altíssima rotatividade gerada por constantes demissões. Como resultado, há a baixa qualidade de ensino.

Quanto aos métodos, defendemos um processo crítico e criterioso que leve em conta a plenitude das atividades ligadas ao magistério superior — pesquisa, extensão à comunidade e ensino —, que esteja contextualizada socialmente nas aspirações da maioria do povo brasileiro que, afinal, é quem paga a conta, que leve em consideração a diversidade própria das diferentes áreas do saber e que seja realizada de forma pública e democrática, envolvendo amplos setores da comunidade acadêmica e universitária.

Nosso alerta lançado no artigo de março não sensibilizou a reitoria da USP. Ao contrário, a julgar pela forma primária, estreita, burocrática, incompetente e antidemocrática da tal listagem, deriva-se que temos divergências profundas de concepção sobre o que é avaliação do trabalho intelectual no interior de instituições de ensino superior.

A reitoria da USP, intencionalmente ou não, ao optar em seguir, a bula maniqueísta e tecnocrática de avaliação propugnada pelo projeto, Geres/MEC, jogou, por via, de consequência, lenha na fogueira daquelas que hoje cerram fileiras junto ao governo para, através de estatísticas manipuladas, desmoralizar o ensino superior público e abrir espaço para a consolidação da sua política de privatização no novo texto constitucional.

Não fosse o altíssimo preço pago com a humilhação de centenas de professores, o desgaste imprecendível da imagem da USP junto à opinião pública e o ataque frontal à instituição pública de ensino superior, poderíamos dizer que o episódio foi proveitoso ao indicar como não se deve proceder à avaliação da e na universidade brasileira.

Considerar análises críticas a simulacros de avaliação — como o posto em prática na USP — de ações corporativas que visam obstaculizar o processo em si, como fez a Folha em editorial, é um reducionismo estéril, porque certamente o processo de avaliação deverá prosseguir e ser constantemente reavaliado.

NEWTON NETO, ex-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), doutor pela Escola Politécnica da USP e professor da Universidade Federal de São Carlos (SP).

AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

LOUREMI ERCOLANI SALDANHA

Após publicação, pela Folha de São Paulo, da lista de professores considerados improdutivos pelo não conhecimento de suas publicações no biênio 85/86, vários professores, de diferentes ideologias, fizeram pronunciamentos, não só lamentando o fato, como também criticando a modalidade empregada referida como "levantamento feito pela Reitoria através de questionário". Não poderia ser diferente o posicionamento de qualquer profissional do ensino. Coloca bem Newton Lima Neto quando se refere ao episódio como um desgaste da imagem da USP à opinião pública e um ataque frontal à instituição pública de ensino superior. E, para quem através de anos acompanha a preocupação da USP com o mérito acadêmico, caracterizando-se pelo rigorismo na qualificação e seleção de seus docentes, lamenta profundamente o ocorrido. Da matéria que tive oportunidade de ter conhecimento comentando o assunto, devo dizer que discordo de meus colegas quando se referem ao levantamento como um ato de avaliação. Aceitar os resultados de um levantamento de informações como um ato avaliativo seria simplificar demasiado uma ação que é extremamente complexa e implica numa valoração. E, acredito que por aqui começa o problema da avaliação na Universidade. Ele está muito mais no Conceito de Avaliação existente. Será que todas as pessoas que formam a comunidade interna possuem uma idéia clara e objetiva sobre o que é uma avaliação, o que significa avaliar? Certamente não. O problema é extremamente complexo e não se pode nominar de avaliação o simples ato de alguém fazer um levantamento sobre publicações de professores e com isto julgar que o professor está sendo avaliado. Não, o que foi feito não foi uma avaliação.

Se concordarmos que avaliar significa atribuir um valor e que a educação é fundamentalmente baseada em valores e a Universidade é responsável pela criação, desenvolvimento e disseminação, junto à comunidade interna e externa, desses valores, perguntamos: Como podemos pensar em fazer avaliação do Ensino Superior sem que haja uma consciência dos va-

lores vigentes e dos valores assumidos por nossa Universidade, e para irmos mais além, dos valores ainda não assumidos e que estão sendo reivindicados e apontados a todo momento como necessidades da sociedade brasileira? Há valores que são mais fáceis de ser visualizados e valorados no contexto universitário, como as bibliotecas, os laboratórios, os equipamentos, as instalações, a melhoria salarial de docentes e funcionários. E vejamos que sobre esses valores já se faz uma avaliação contínua e até, em alguns casos, sistemática. Mas, a melhoria deles, não assegura necessariamente, a melhoria por exemplo, de mais responsabilidade no preparo das aulas, a melhoria no sistema de acompanhamento da aprendizagem do aluno, o envolvimento com um ensino interdisciplinar, maior e mais dedicação de funcionários para com a instituição, e, assim como esses, uma série de valores capazes de gerar indicadores que representem a pluralidade que existe numa instituição universitária.

Acreditamos que para chegar a operacionalizar uma avaliação do Ensino em nossa Universidade precisamos antes trabalhar com toda a comunidade o conceito de avaliação, em outras palavras, produzir conhecimento sobre Avaliação, o que implicará numa tomada de posição, na escolha de uma metodologia e na definição de uma prática. Gerar conhecimento partindo de uma concepção assumida sobre avaliação é uma forma de chegar a uma avaliação democrática trazendo informações para dentro do grupo e com isso encaminhando o nascimento de um projeto de desenvolvimento acadêmico. Assim encaminhado o processo, a Avaliação passará a ser uma necessidade e sendo reconhecida como tal, mais facilmente será legitimada pelos responsáveis por sua realização.

LOUREMI FERCOLANI SALDANHA é doutorada em Educação e Livre Docente em Tecnologia Educacional. Professora Titular na área de Educação, Diretora do DE-PEG e da Pro-Reitoria de Graduação da UFRGS (PRO-GRAD).

AVALIAÇÃO - RECORDAR É PRECISO

FÁBIO DE LIMA BECK

Têm sido tão frequentes os artigos e textos sobre avaliação da Universidade e tão variadas as formas de intervenção a respeito que o interessado menos atento deve estar confuso e perplexo. Nesse debate intervêm o Estado, que proclama, através do Ministério da Educação, a necessidade urgente de a Universidade prestar contas à sociedade. Despontam também professores e pesquisadores ilustres, insistindo em que uma instituição que utiliza recursos públicos não pode dispensar controles externos. Mais recentemente, o assunto ganhou repercussão com editorial da Folha de São Paulo, intitulado: "Os improdutivos da USP", abordando as atividades dos professores daquela instituição.

Na discussão, as universidades e principalmente os professores; aparecem como acusados e os que se colocam como porta-vozes da sociedade, os acusados. No entanto, em artigo recente da Folha, o professor Newton L. Neto, presidente da ANDES, afirma que os próprios docentes são os principais interessados no processo de avaliação.

Parece, assim, que todos buscam o mesmo objetivo, que o respeito ao compromisso social da Universidade é consensual, que a avaliação é indispensável à Universidade pública e que não haveria portanto razões para o debate e a discordância. O que há então, para que o interessado menos atento não compreenda a polêmica?

A questão que se coloca é a do claro-escuro de verdade e engano que paira sobre a avaliação na Universidade. Para sair desta nebulosa é preciso contextualizar a discussão desde alguns pontos críticos fundamentais que permitem caracterizar melhor “quem é quem” no debate. Primeiramente é preciso lembrar a derrota do Relatório GERES (1986), rejeitado por praticamente toda a comunidade acadêmica e por inúmeras sociedades científicas, o qual abria caminho para a lógica empresarial privada dentro da Universidade pública. Neste projeto estava previsto um sistema de avaliação articulando SESU, CFE e especialistas, visando verificar o desempenho institucional e a qualidade da chamada “universidade do conhecimento”. Em segundo lugar é preciso recordar as conquistas salariais e políticas dos professores, sob a direção da ANDES, que, após a greve de 1987 passaram a constituir uma única e grande categoria de trabalhadores intelectuais em defesa da Universidade pública, gratuita, competente e democrática. Finalmente, é preciso recordar o *momento constituinte*,

onde diversas correntes ideológicas e econômicas interessadas na privatização do ensino, aproveitam para apregoar a inviabilidade financeira e a baixa produtividade das Universidades públicas. Essas correntes foram derrotadas na Comissão de Sistematização da própria Constituinte.

Agora então, o Estado e as correntes privatistas que abriga parecem partir para uma nova ofensiva, com os mesmos objetivos: Demonstrar através de um sistema de avaliação que se diz independente dos conflitos anteriores, que as universidades públicas são improdutivas e ineficientes, que a aplicação do sistema de avaliação permitirá saber “quem é quem”, estabelecer um “ranking” de classificação e competição e, com base nele, restringir e direcionar recursos para áreas e instituições determinadas. Ora, se o problema fosse realmente a avaliação acadêmica, a questão de há muito já poderia ter tomado outro rumo, pois a preocupação com o tema no movimento docente é pública e conhecida pelo MEC desde 1982, estando atualmente centrada nos seguintes pontos:

— Que a discussão sobre avaliação acadêmica seja precedida de discussão sobre a Política Educacional do Estado.

— Que após a conclusão dos trabalhos constituintes seja proposta a reestruturação da Universidade pública brasileira.

— Que os marcos referenciais desta nova Universidade sejam os paradigmas básicos para qualquer avaliação na Universidade.

— Que, para efeitos de avaliação, sejam definidos democraticamente *níveis de competência, mecanismos de representação, e critérios de avaliação* em coerência com a proposta da nova Universidade.

— Que os critérios de avaliação considerem os programas governamentais para o setor, os mecanismos de gestão do poder e dos recursos, os compromissos sociais da Universidade, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, a heterogeneidade regional e das áreas de conhecimento e a conjuntura histórico-política.

O movimento docente conquistou expressivas possibilidades de transformação da Universidade. Discutir a avaliação acadêmica, hoje, só faz sentido como parte dos esforços para esta transformação.

FÁBIO DE LIMA BECK, é Pedagogo, mestre em Educação, atuando nas Unidades de Apoio Pedagógico das Faculdades de Agronomia e de Veterinária da UFRGS.

UFBA

INTERVENTOR NO LUGAR DO REITOR

Através de eleições paritárias, com a participação das três categorias que integram a Universidade, a UFBA elaborou uma lista sêxtupla, no início de maio de 1987, a ser encaminhada ao MEC para a nomeação do Reitor. Os votos da comunidade polarizaram-se em torno de dois nomes: o das professoras Eliane Azevedo (Reitora eleita) e Suzana Alice Cardoso. Apesar disso, o presidente da República, decidiu nomear o quinto nome da lista, professor Rogério Vargens, que deteve 3,6% do total dos votos. Para a professora Ana Maria de Carvalho Luz, da diretoria da APUB (Associação dos Professores da UFBA) esta escolha resulta de articulações políticas levadas a efeito pelo deputado baiano Carlos Sant'Ana e pelo ministro Prisco Viana — ou seja, do Centro que, na ocasião das eleições, ganhava vulto em Brasília.

Segundo Ana Maria Luz, o deputado Carlos Sant'Ana ao ser abordado pela diretoria da APUB, declarou que era necessário acabar com "essa autonomia dos Reitores que, quando eleitos, sentiam-se muito fortes". E mais, que o governo federal não tem compromisso em indicar o primeiro da lista. "Dá o dinheiro, financia a Universidade e, por isso, tem que escolher uma pessoa de sua confiança". Além disso, Sant'Ana disse que o CRUB está se tornando um órgão muito contestador do governo e a intenção é alterar a composição deste Conselho.

BOCA NO TROMBONE

Assim que o Diário Oficial publicou a nomeação de Vargens, os três segmentos

UNIR

NEGOCIATA EM RONDÔNIA

Álvaro Lustosa, atual Reitor da Universidade Federal de Rondônia, foi nomeado por Sarney como parte da negociação visando garantir os 5 anos de seu mandato, segundo o Prof. Luiz Gonzaga Quintão Filho, presidente da ADUNIR (Associação dos Docentes da UNIR). A nomeação de Álvaro Lustosa como Reitor "deu-se através de um acordo entre o Governo do Estado de Rondônia e Políticos do PMDB. "Nessa negociata" (sic), um dos itens da pauta era a Universidade de Rondônia, a despeito da campanha desenvolvida pela comunidade universitária no sentido de eleger o Reitor. A eleição direta também era defendida pelo ex-reitor pró-tempore, Antônio Martins, que se comprometera a entregar o cargo a um sucessor eleito pelos três segmentos da universidade.

A notícia da nomeação de Lustosa, passando por cima do Ministério da Educação e Cultura, órgão encarregado dessa missão em casos semelhantes ao da UNIR (fundada há cinco anos, em fase de estruturação) caiu como uma bomba, não só junto aos meios acadêmicos, como no próprio MEC, explica Gonzaga, gerando uma crise interna no Ministério.

GREVE DE FOME

A comunidade decidiu-se, então, por uma paralisação, iniciada em 21 de março, tendo por palavra de ordem: Fora interventor!, exigindo também o Conselho Técnico do MEC viabilizasse eleições diretas o mais rápido possível. Além disso, quatro estudantes, dois funcionários e dois professores iniciaram uma greve de fome em repúdio à nomeação de Lustosa, cuja única ligação com a Universidade era sua posição anterior enquanto membro do Conselho Diretor da UNIR,

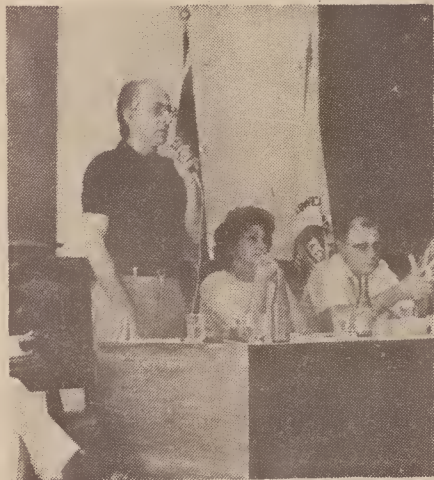
universitários se organizaram e botaram a boca no trombone, conta Ana Luz, conseguindo o apoio de políticos, intelectuais e entidades representativas da sociedade brasileira, do porte da OAB e SBPC, entre outras. Em assembleia geral, a comunidade deliberou pela ocupação da Reitoria, o que não impediu que o Reitor nomeado tomasse posse. O fez, às escondidas, na delegacia regional do MEC.

Após "tomar posse" (transmissão de cargo não houve. A dignidade do ex-Reitor, Prof. Germano Tabacof, impediu-o de ir à Delegacia do MEC para isto). Vargens entrou na justiça com um mandado de reintegração de posse do prédio, onde estavam docentes, estudantes e funcionários, além da polícia federal. Do lado de fora a polícia estadual montava guarda. Se a ordem judicial não fosse acatada, o local seria evacuado à força. A decisão das três entidades foi a de deixar o local cantando o Hino Nacional. "Um verdadeiro replay dos tempos da ditadura", conta a professora. Vargens entrou no prédio escoltado pela polícia federal, que fotografava e filmava os manifestantes, enquanto estes, protestavam contra a demonstração de força.

Desde então a Reitoria passou a funcionar a portas fechadas, procedendo a identificação de quem ali se aventurasse. A UFBA ficou paralizada por 30 dias, em sinal de protesto, e hoje comanda uma luta institucional, tentando inviabilizar a administração de Vargens, que até hoje não conseguiu sequer formar sua equipe de trabalho, enquanto as três categorias se mobilizam para eleger diretamente o vice-reitor.

PAINEL DAS ELEIÇÕES

NA UFRGS, FERRARI É QUESTÃO FECHADA



Ainda distante de seu ideal de autonomia, onde a população acadêmica almeja participar da escolha de todos os seus dirigentes, sem a intervenção do governo central, e não admitindo ingerências na condução do processo, o pleito de abril foi vitorioso sob todos os pontos de vista, conforme analisa Sérgio Nicolaiewsky, presidente da ADUFRGS. No decorrer da campanha, explica, não aconteceram incidentes maiores. No dia e na hora da apuração o comportamento foi o que se poderia esperar de uma comunidade universitária. Além disso, em nenhuma eleição anterior o índice de participação das três categorias foi tão elevado, o que significa que a lista sêxtupla tem um forte compromisso com a indicação do primeiro nome que, inegavelmente, é o Reitor com o respaldo da Universidade, conclui.

Pela primeira vez a Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS — foi palco de eleição direta para reitor, viabilizada através de um processo paralelo à legislação, que coloca nas mãos do governo federal a escolha dos cargos dirigentes nas Universidades Brasileiras. O alto índice de participação nesta eleição (88% dos funcionários, 82% dos professores e 43% dos alunos) revela o anseio generalizado da comunidade universitária pela autonomia da Instituição e, conforme Mário Cabeda, professor da Faculdade de Agronomia e representante dos professores adjuntos no Conselho

Universitário (Consun), inscreve-se em um momento histórico da nação brasileira, em busca de abertura e de participação legítima na escolha de seus representantes. Apontar o nome daquele que irá reger a UFRGS durante os próximos 4 anos, é resultado de uma luta travada já há muitos anos e agora deflagrada pela mobilização dos três segmentos da população universitária — professores, alunos e funcionários. E, também, fruto da organização de um grupo de diretores, que abriu a discussão nesse sentido no CONSUN.

Para Sérgio Nicolaiewsky, também professor da faculdade de Agronomia, "lutamos por um processo de transição. A estrutura vigente reconhece e aceita um processo paralelo e informal de subsídio às decisões". Estas têm por base a lei ordinária 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas para eleição de reitor para todas as Universidades Federais e Autárquicas, assim como para Faculdades Federais isoladas.

RITUAL

Rigorosa, a lei prevê um verdadeiro ritual para a formação da lista sêxtupla, mas seus preceitos não conferem legitimidade àquele que será o predileto do presidente da República. Ela estabelece, por exemplo, que os três Conselhos Superiores nas Universidades (Conselho Universitário — com 42 membros: Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa — Cocep — com 36 membros e o Conselho dos Curadores (Concur) — com 6 membros — formem o Colégio Eleitoral. Por ocasião da elaboração da lista, cada colegiado é chamado a votar, em cabine fechada, no nome que deseja indicar para o primeiro da lista. Assim procedem sucessivamente, até chegarem ao sexto nome, com intervalos de cinco minutos entre cada escrutínio. Contudo, para que um colegiado formado desta maneira seja legítimo é necessário que seus representantes sejam eleitos, argumenta Cabeda, alertando que apenas sete dentre eles o são. Os demais são escolhidos via indireta, ou através de listas.

Outro exemplo dessa arbitrariedade é quanto à escolha dos diretores das Faculdades, uma atribuição do Ministro da Educação. Atualmente, por delegação do ex-ministro Marco Maciel, não revogada por nenhum de seus sucessores, essa escolha é de responsabilidade dos reitores. Estes, pela mesma procuração, também podem decidir sobre a indicação final do vice-reitor. Essa delegação pode ser retirada a qualquer momento, uma vez que não está prevista pela legislação. Nicolaiewsky explica que o fato deve-se a uma interpretação de Marco Maciel, ex-professor universitário, que pode ser retirada por qualquer de seus sucessores. Desse modo está garantindo o controle das Universidade pelo governo. O reitor é visto como uma pessoa de confiança que vai executar, na Universidade, uma política que vem traçada pelo executivo. Prova disso é que tradicionalmente, em

momentos de crise, o Reitor sempre se colocou do lado do poder central. Esta postura só mudou quando esses dirigentes passaram a ser eleitos por suas respectivas comunidades.

CAMPANHA

A tentativa do movimento docente, dos funcionários e dos estudantes na nossa Universidade, conta Nicolaiewsky, foi no sentido de que a eleição se processasse por chapas, de modo que a vencedora fosse composta por pessoas que congregavam das mesmas idéias e dos mesmos planos na Universidade. Infelizmente o Colégio Eleitoral optou por um processo de votação uninominal.

O Reitor Francisco Ferraz, presidente dos três conselhos superiores que formam o Colégio Eleitoral, em entrevista que concedeu à atual diretoria da ADUFRGS, manifestou-se francamente favorável ao processo de eleição que se propunha. Afirmou que sua posição não poderia ser diferente, porque, quando de sua escolha para reitor, foi vencedor de uma consulta direta aos professores. Concretamente, observa Nicolaiewsky, Ferraz só se envolveu com o processo no mês de janeiro, para formar uma Comissão Eleitoral da qual participaram membros do CONSUN, COSEP e CONCUR, que apresentou, em uma reunião informal do Colégio eleitoral, a proposta de eleição direta. O Presidente da ADUFRGS acredita que a intenção do Reitor era a de que a campanha eleitoral tivesse um curto espaço de tempo. A reunião informal aconteceu no início de fevereiro e o prazo legal para o encaminhamento da lista sêxtupla à Brasília era 20 de abril.

É inegável que a atitude do Professor Ferraz esteve sempre subordinada ao seu objetivo prioritário, ou seja, sua recondução ao cargo. Para tanto, valeu-se do projeto de lei do deputado gaúcho Victor Faccioni (PDS), que propunha a recondução dos reitores das Universidades Federais. Este projeto desencadeou imediata reação da Andes, da UNE e da FASUBRA (Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras) CRUB (Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras). Em primeiro lugar pela inoportunidade, pois, uma vez definidas as linhas fundamentais do Ensino Superior no Brasil, caberia rever toda a legislação ordinária. Mudar com antecedência apenas um aspecto seria puro casuismo.

Em segundo lugar, porque a intenção de permitir a recondução de reitores já tinha sido derrotada na prática, pela repulsa da comunidade universitária ao "projeto GERES", preposto pelo MEC, em outubro de 86, que, entre outras coisas, permitia tal recondução.

A comissão eleitoral negou a inscrição do atual Reitor como candidato, argumentando que se o mesmo fosse um dos seis nomes mais votados, não poderia ter seu nome homologado pelo Colégio Eleitoral, uma vez que era inelegível à luz da legislação vigente.

UFSC

Reitor eleito é nomeado

A Universidade Federal de Santa Catarina já elegeu dois reitores e os mais votados, dentro das regras da eleição, foram referendados pelo presidente da República. Luiz Henrique Verani, da UFSC, explica que a lista sêxtupla encaminhada ao MEC colocou, em primeiro lugar, o candidato mais votado, seguido de cinco nomes de sua inteira confiança, cada um deles comprometido a não aceitar a indicação que não respeitasse a vontade soberana da Universidade. Evitou-se, assim, que na lista

USP

Docentes se impõem

"Aqui na Universidade de São Paulo, não há uma experiência de eleição para reitor pela comunidade universitária", declara o professor de Física, Américo Ker, militante da Associação dos Docentes da USP. Não há uma história de respeito do Conselho Universitário pela vontade da comunidade, acrescenta. Na época do governador Paulo Maluf, foi nomeado para reitor o quinto colocado na escolha do eleitorado para a lista sêxtupla.

UNB

Leis caducas atrapalham

O professor Cristóvão Buarque foi eleito, em agosto de 1985, em eleições paritárias, com a participação de todo o público universitário. No entanto, a Universidade de Brasília vive uma contradição entre um tipo de legislação caduca e a prática universitária democratizada, revela a professora Dóris San-

UNICAMP

Descentralização da Universidade

O atual reitor da UNICAMP, professor Paulo Renato Costa Souza, foi eleito em 1986 através de uma consulta aos três segmentos da comunidade. A eleição processou-se em dois turnos. O segundo escrutínio indicou os dois primeiros componentes da lista sêxtupla e os demais foram tirados no primeiro turno.

José Suassuna Filho, vice-presidente da ADUNICAMP (Associação dos Docentes da Universidade de Campinas), considera a iniciativa positiva, uma vez que o reitor, respaldado por uma eleição, tomou iniciativas descentralizadoras e democratizantes na

UFRJ

Eleição não mudou Universidade

A eleição direta para reitor é importante e necessária em um processo de democratização, mas não pode estancar nesse estágio, diz o professor Alexandre Magalhães, vice-presidente da ADUFRJ — Associação dos Docentes da Universidade do Rio de Janeiro. E explica: "na nossa universidade elegemos, em 1985, o professor Horácio Macedo, com a participação dos professores, alunos e funcionários. No entanto, a estrutura permanece autoritária e centralizadora, sobretudo no que se refere à não transparência no uso dos recursos financeiros".

UFSM

D. Quixote vence na UFSM

"Uma luta de Dom Quixote contra os moinhos" é como o presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Santa Maria, Paulo Sarquis, define o processo eleitoral que, em 1958, elegeu o professor Gilberto Benetti para Reitor. Na ocasião, a escolha foi conduzida com a participação dos professores, alunos e funcionários, sendo os docentes os mais favoráveis à permanência da legislação. Optou-se, ao invés de uma lista sêxtupla, pelo encaminhamento de apenas um nome ao MEC, "o que representou um desgaste desnecessário". O ministro da Educação

figurassem vitoriosos e não-vitoriosos.

A discussão que surgiu, após a eleição do professor Bruno Rodolfo Schlemper Júnior, que toma posse no dia 10 de junho, é de que precisa ser revista a questão da paridade entre os três segmentos da Universidade. Nessas eleições, o peso maior foi dado ao voto dos professores, sob o argumento de que a condução da Universidade é praticamente exclusiva dos docentes.

Na última eleição, com a participação de todo o público universitário, alunos e funcionários votaram em um único nome, enquanto os professores escolheram três. Se houvesse uma combinação entre os votos dos três segmentos, o professor Guilherme Rodrigues ganharia a eleição com larga margem e não José Goldemberg. O que houve, diz Ker, foi um disfarce e Goldemberg foi eleito apenas pelos professores.

tos Faria, presidente eleita da Associação dos Docentes da UNB (ADUNB). As mudanças que se verificam, afirma, são legítimas mas não legais. Esta questão deverá ser encaminhada, em agosto próximo, pelo Congresso Universitário, que se reunirá com vistas a mudar os estatutos e regimentos da UNB.

universidade. Exemplo dessas mudanças pode ser dado pela alteração do regimento interno da Unicamp, criação e instalação do Conselho Universitário, com aproximadamente o dobro do número de membros do órgão que lhe deu origem, o Conselho Diretor. Além disso, a Unicamp tem mantido regularidade nas eleições internas. A diretoria da AD, diz Suassuna, trabalha no sentido de forçar a democratização interna da universidade, buscando definir novas regras para modificar a estrutura arcaica que, apesar das reformas, permanece.

ros".

"Sem a eleição, permaneceríamos no estágio anterior", acrescenta Magalhães, "mas, sem a alteração dos estatutos e regimentos arcaicos, mudamos os atores mas os métodos permanecem os mesmos". O primeiro-secretário da ADUFRJ, Luciano Menezes, explica que, uma vez eleito, o reitor imbuíu-se dos poderes conferidos pelo estatuto anterior e, quanto à autonomia da universidade, não houve avanços.

não aceitou o procedimento e a UFSM foi obrigada a voltar atrás.

Quanto à experiência da Universidade sob um reitor eleito, tem sido satisfatória, afirma Sarquis, uma vez que o esquema de descentralização interna tem avançado. O Reitor atende às escolhas para chefias de departamentos, direção de centros, etc., onde a eleição se dá com a participação da comunidade universitária, apesar de alguma confusão quanto à proporcionalidade desta participação.

PERSONÁLIA

A MONTANHA MÁGICA

Moacyr Scliar
Médico e escritor

Os professores que nos marcam nem sempre são aqueles que mais nos ensinam ou que nos tratam mais gentilmente. São pessoas que, por uma razão ou outra, mobilizam nossos sentimentos e emoções, às vezes de forma contraditória. Pessoas que, em última análise, mexem com a gente. Tive vários professores assim. Vou falar de alguém que já não está entre nós — cuja lembrança, porém, me segue através dos anos.

José Fernando Carneiro não era gaúcho, e já aí começavam as suas peculiaridades. Numa época de catedra vitalícia, em que a tradição pesava na carreira universitária, ele era, por assim dizer, quase um emigrante: vinha do Nordeste, de um outro Brasil. Do Nordeste conservou o sotaque e a amargura própria dos habitantes de regiões sofridas. Uma melancólica amargura que era compatível com a sua especialidade. Carneiro trabalhava com tuberculose. Doença de pobres, presente no Brasil numa época em que já perdera a aura romântica que Thoman Mann retratou em *A Montanha Mágica*. Com o advento da quimioterapia, tratar tuberculosos passou a ser muito mais uma questão de organização social do que um problema médico. Uma organização desesperadora por suas falhas clamorosas; à época, o Sanatório Partenon, não tinha sequer as drogas básicas para a terapia da enfermidade.

Mas trabalhar com tuberculose fazia parte do engajamento social de Carneiro, que era um homem intensamente comprometido com a realidade política do país; comprometimento que se evidenciava, entre outras coisas, nos artigos que escrevia periodicamente para o *Correio do Povo* e nos vários livros que publicou. Interrogado sobre sua posição, definia-se como um anarquista cristão. Cristão ele o era; aos primeiros sintomas do acidente vascular cerebral que iria vitimá-lo procurou — em primeiro lugar — um sacerdote que lhe desse a extrema unção.

Seu anarquismo, porém, nada tinha ver com o de Bakunin ou Kropotkin. Era antes uma forma de ser e de pensar a sociedade; uma forma que tinha a virtude de irritar profundamente seus constantes interlocutores, entre os quais eu me encontrava. Nosso radicalismo estudantil não nos permitia suportar o ceticismo de Carneiro, frases como as que ele tinha em relação ao Vietnam: "Num país que trata doenças queimando o ventre do paciente com um ferro em brasa, a aspirina é um progresso." Realmente, a aspirina é um progresso e o ferro em brasa um anacronismo. Mas à época não podíamos admiti-lo.

Não que Carneiro não errasse. Errava também. Mas tinha a coragem de reconhecer seus erros. Apoiou o movimento de 1964 em seu início, mas desvinculou-se dele quando começou a repressão. Além disso, era um liberal no ensino. Dizia, por exemplo, que cada médico poderia tratar a tuberculose com o esquema que lhe aprouvesse; acreditava que através dos choques de opiniões divergentes emergiria a verdade terapêutica. O resultado disto é que, quando me tornei, não sabia por onde começar o tratamento de um paciente tuberculoso. Tive de aprender com outros, menos brilhantes, porém, mais realistas.

A Carneiro, mostrei meus primeiros contos. Dele recebi críticas implacáveis — ainda que amistosas. Lembro-me de uma história em que um paciente anti-semita descobria, para seu horror, que o médico que lhe tratava, era judeu. Com isto eu esperava castigar os malvados; na verdade, observei Carneiro, estava apenas me igualando a eles. O anti-semitismo não neutraliza o anti-semitismo. É apenas uma outra forma de distorção.

Apreendi muito, com Carneiro. Mesmo quando não admitia estar aprendendo. Foi um homem que deixou saudades em seus alunos. E isto é o máximo que se pode dizer de um professor.

Professor José Fernando Domingues Carneiro (1908/1968) — Médico tesilogista, professor titular da cadeira de Tisiologia na Faculdade de Medicina da UFRGS, admitido em 1º de setembro de 1947.

EXPEDIENTE	
ADUFRGS (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Sede: Av. João Pessoa, 109 — 3º andar — Fone: (0512) 26-2719	1º Tesoureiro: Darci Campani 2º Tesoureiro: Joacir Medeiros Suplente: Adroaldo Gaya Suplente: Rosemari de Oliveira
DIRETORIA	ADverso. Comissão editorial: Renato de Oliveira Marta Júlia Lopes Eloina Santos Joacir Medeiros
Presidente: Sérgio Nicolaiewsky 1º Vice-Presidente: Renato de Oliveira 2º Vice-Presidente: Antonio Claudio Nuñez 1ª Secretária: Leda Gobetti 2ª Secretária: Marta Júlia Lopes	Redação e edição: Frila Comunicação e Marketing Diagramação: Sosa Impressão: Proletra Fone: 26-7780 Tiragem: 3.000 exemplares.

CONTRA O CONGELAMENTO DA URP

A ADURGS, através de sua assessoria jurídica, está encaminhando à Justiça Federal uma série de ações cautelares com o objetivo de combater a retirada da URP dos salários dos professores. Até o momento, mais de 300 docentes ingressaram com essa medida judicial, em consonância com outras formas de mobilização que compõe a luta nacional do funcionalismo público contra o decreto presidencial que congela a URP. A direção da ADURGS acredita que nos próximos dias receberá mais adesões à medida judicial.

“A VERDADE SOBRE O PACOTE ECONÔMICO”

O governo federal divulgou, em 7/4/88, um novo pacote econômico, voltado sobretudo para o achatamento dos salários do funcionalismo, afirmando tratar-se de seu ataque eficaz e necessário ao déficit público.

Na verdade, o governo arrocha a folha salarial por outros motivos. Em primeiro lugar, porque não pretende atacar os interesses especulativos de quase todos os grandes capitalistas e empresários que operam pesadamente no mercado financeiro, especialmente com títulos governamentais (sobretudo OTNs); nem pretende cortar os subsídios com que uma enorme gama de empresas privadas se mantêm à base de recursos públicos; nem pretende enfrentar os credores internacionais, deixando de pagar a dívida externa. Com isso, ficam intocados os componentes responsáveis pela gigantesca dimensão e crescimento acelerado do endividamento interno: o financiamento da dívida pública, a dívida externa e os subsídios. O corte nos salários do funcionalismo, atingindo um componente secundário na geração da dívida, não terá efeitos significativos no enfrentamento do déficit. Trata-se, porém, para o governo de obter um desafogo, ainda que limitado e passageiro.

Mas a causa fundamental do arrocho é outra. A política econômica, comandada pelo FMI, está claramente orientada no sentido de reduzir a demanda interior e os custos dos setores exportadores da economia, para com isso elevar as exportações, tornando viável o pagamento da dívida externa. No centro da política econômica está, portanto, o arrocho salarial, com conseqüente recessão econômica.

Sob o pretexto de combater o déficit público, o governo congela os salários do funcionalismo. Mas deixando claras suas verdadeiras intenções, prepara-se para atacar os salários de todos os trabalhadores, eliminando também para eles a URP.

Ao mesmo tempo, para conter a inevitável reação dos trabalhadores, o pacote ameaça com o não pagamento dos dias parados em caso de greve, enquanto cresce rapidamente a repressão aberta contra todos os movimentos reivindicatórios, em escala comparável à vigente nas piores fases do regime militar.

Como uma reafirmação do caráter autoritário não apenas das medidas do pacote, mas também toda ação global do governo, este mais uma vez recorre ao uso de decretos-lei, mesmo com a Constituinte tendo decidido pela eliminação dessa herança da ditadura.

Além disso, como o governo atual coloca em último lugar na sua escala de prioridades a educação, ao lado da saúde e, como sua política para o ensino superior é acima de tudo privatizante, o pacote econômico inclui medidas que têm efeitos devastadores sobre as Instituições Federais de Ensino Superior — IFES.

ARROCHO SALARIAL

O decreto-lei 2425 congela os salários por dois meses, suspendendo os reajustes pela URP. Supondo-se, com otimismo, uma inflação mensal de 20% em abril e maio, o corte nos salários desde a última data-base (01/03/88) atingirá 43%, segundo o índice calculado pelo Dieese. E, como já se viu acima, nada garante que, em junho, o governo não tenha extinto definitivamente a URP.

Além disso, são cortadas pela metade todas as “gratificações” e vantagens pecuniárias de qualquer natureza “para os docentes que não se dediquem exclusivamente às IFES em que trabalham.” Este fato é ainda mais grave porque esse corte atinge:

— a gratificação de 20%, conquistada a partir de 01/10/87. (D.L. 2365), que o movimento docente

sempre lutou e luta para ter incorporada aos salários;

— a partir dos salários dos docentes correspondente aos incentivos a mestrado e doutorado, que a Sedap e a área econômica do governo insistem, contra a letra da legislação, em considerar como gratificações.

CORTE DE PESSOAL

A perda salarial tende a promover a evasão de docentes das IFES para as empresas privadas, agravando o estrangulamento já criado por decretos anteriores (de nº 95.682 e 95.683), que proibiram a contratação de professores até mesmo para reposição dos que se aposentam, demitem-se ou falecem. Esse estímulo à evasão é reforçado por duas outras medidas:

O D.L. 2424 oferece vantagens pecuniárias para os servidores públicos (com dois ou mais anos de serviço) que se demitam voluntariamente. E em um Projeto de Lei Complementar permite aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço para quem tenha pelo menos dez anos no serviço público. Em ambos os casos, é proibida a substituição dos que se afastem.

O D.L. 2425 impõe ainda o não pagamento dos dias parados em caso de greve, em evidente pressão preventiva aos prováveis movimentos de reação do funcionalismo.

VIOLAÇÃO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

O governo, através de medidas adotadas pelo MEC, a Sedap e a área econômica, vem, desde o ano passado, ferindo cada vez mais a autonomia universitária das IFES: parte dos salários dos docentes (correspondendo aos incentivos a mestrado e doutorado) passou a ser interpretada como gratificação; servidores de outros órgãos governamentais foram lotados em IFES sem concurso público; docentes foram enquadrados como servidores técnico-administrativos e vice-versa; o plano de carreira de docente e servidores vem sendo sucessivamente adulterado, eliminando-se conquistas vitais para as IFES.

Agora, com o pacote econômico, a autonomia universitária é de novo violentamente atingida, ficando as IFES ainda mais limitadas para decidirem quanto ao desenvolvimento de suas atividades particularmente no tocante a seu quadro de pessoal.

Com esse conjunto de medidas, o governo mostra que, conjugadamente com o ataque geral desfechado contra o funcionalismo, ataca, também, drasticamente, o ensino superior público e gratuito, através do estrangulamento das IFES.

As Associações de Docentes das IFES e a ANDES, reunidas na Universidade de Brasília, declararam unanimemente que não se dobrarão frente à ofensiva governamental, que se unem à luta de todo o funcionalismo público federal contra o pacote econômico e que manterão a firme defesa da Universidade Pública e Gratuita.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1988.

Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior — ANDES
Associação dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

CONSTITUINTE GARANTIDOS OS INTERESSES PRIVATISTAS NA EDUCAÇÃO

Algumas semanas antes da votação do Capítulo sobre Educação o Centrão armou uma manobra tática visando garantir a continuidade da expansão do ensino privado no país. A manobra refletiu bem a lógica de mercado que preside as ações do Centrão: elevar o preço da mercadoria ao absurdo para que o “freguês” a compre pelo preço desejável — e coisa que não falta nesta Constituinte é freguês para o Centrão. Assim, o Ex-Ministro da Educação, Senador Jorge Bornhausen, apresentou uma emenda ao Projeto da Comissão de Sistematização instituindo a obrigatoriedade do ensino pago nas IES públicas.

Não vamos comentar aqui a falácia sobre a qual se fundamenta a proposta. O que interesse é que imediatamente ela se converteu no principal ponto de divergência no Capítulo da Educação. Mera ilusão! Retirando-a, foi fácil ao Centrão conseguir junto aos setores ditos progressistas concessões que garantem o fundamental de seus interesses.

É claro que a Constituinte registrou alguns avanços na própria questão da gratuidade do ensino. Enquanto na atual Constituição está prevista a implantação gradativa do ensino pago nas instituições públicas, pelo texto agora aprovado ele será gratuito. Este avanço, no entanto, foi conseguido ao preço de um imenso retrocesso na situação do ensino privado, onde trabalham *metade* dos docentes de ensino superior e onde se localiza *quase 80%* dos estudantes — um peso quantitativo que obviamente determina o perfil da qualidade do sistema de ensino superior como um todo.

Pelo Art. 248 aprovado, poderão receber verbas públicas as IES que não tenham fins lucrativos e que, em caso de extinção, seu patrimônio-passe para o Estado ou para uma instituição congênere. Ora, a atual Constituição proíbe o lucro nas atividades de ensino. Como, daqui para a frente, as instituições que *não tenham fins lucrativos* podem receber verbas do Estado, é de se supor que existirão outras que *terão fins lucrativos*, e que, portanto, não receberão verbas públicas. Ou seja, a mercantilização do ensino, hoje uma situação de fato, passa a ser admitida constitucionalmente.

Quanto à segunda condição imposta para o recebimento de subsídios públicos, isto é, que o patrimônio das instituições passe para o Estado ou instituição congênere em caso de desativação, é de uma comovente ingenuidade. Significará quando muito, e na melhor das hipóteses, que o Estado assumirá a massa falida das empresas educacionais, ou que estas passarão para o controle de outras empresas do ramo, num processo de monopolização que, dada a dimensão desse setor da economia, não deixa de ser previsível.

Qual seria a alternativa? Nada complicado. Bastaria à Constituinte exigir a separação jurídica entre as IES privadas e suas respectivas Mantenedoras, declarando a autonomia dessas IES. Assim, o repasse de recursos financeiros, quando fosse o caso, dar-se-ia diretamente para as IES, sob controle das respectivas comunidades acadêmicas, e não para as mantenedoras, que se especializaram em transformar recursos públicos em capital imobiliário. Esta é a proposta da ANDES. Os constituintes, no entanto, preferiram fazer ouvidos de mercador.

Outro retrocesso foi a limitação da exigência de planos de cargos e salário apenas para o magistério público. Continuarão, portanto, os docentes da rede privada a serem “professores-horistas”, sem qualquer estímulo à pesquisa e ao aperfeiçoamento profissional. Isto significa que a Constituinte entende ser a atividade docente nas redes públicas e privadas atividades diferentes. Qual seria a diferença senão o fato de que, nas IES privadas, o interesse do capital se sobrepõe ao interesse público?

MOVIMENTO DOCENTE

SINPRO - 50 ANOS DE VIDA E DUAS DÉCADAS DE LUTA

O slogan “Nos próximos 50 anos os professores vão dar um baile”, caracteriza, segundo a professora Lígia Kauer, secretária-geral do Sindicato dos Professores (SINPRO), o momento histórico que a Instituição atravessa quando comemora meio século de sua fundação. Em vez de voltar-se para o passado, projeta suas expectativas no futuro, o que passa pela organização da categoria por locais de trabalho (na medida do possível vinculada às atividades do Sindicato) e pela ampliação do número de associados.

A bandeira levantada pelo SINPRO, sob a presidência do professor Marcos Führ é, também, no sentido de chamar os docentes à discussão não só das questões específicas da categoria, mas às dos trabalhadores, na medida em que há um entendimento de que as reivindicações da classe trabalhadora não difere das dos professores. Lígia Kauer observa que o fato da SINPRO ter 50 anos não significa igual período de representatividade dos anseios da classe porque, quando foi fundada, a postura do Sindicato era a de aceitar as determinações legais, o que o atrelava ao Governo. Foi a partir da década de 70 e ao longo dos anos 80 que mudanças significativas se processaram. As próprias eleições de 1980 marcaram esta nova postura, expressando uma disputa entre posições diversas, conclui a secretária-geral.

Segundo o SINPRO, a categoria dos professores é formada por cerca de 20 mil docentes, dos quais apenas sete mil são sindicalizados, sendo que 50% das vinculações foram obtidas ao longo de 1980.

ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA: A GREVE CONTINUA

Os professores da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia, estão em greve desde o dia 29 de março e contam com o apoio irrestrito dos seus estudantes. Nas duas primeiras semanas do atual semestre letivo as atenções estavam divididas entre a retomada das atividades acadêmicas e a necessidade de uma ampla mobilização em defesa de melhores condições de trabalho e de salário. Professores e estudantes foram levados a discutir e a se posicionar sobre as precárias condições de funcionamento da Universidade. Antes mesmo que os professores decidissem pela paralisação, os estudantes de História e de Enfermagem entraram em greve, denunciando a falta de verbas para o pleno funcionamento dos seus cursos.

Os professores, por sua vez, após sucessivas audiências com a Secretária de Educação e o Secretário de Trabalho, sem nenhum resultado satisfatório, decidiram em Assembleia do dia 29-03, entrar em greve por tempo indeterminado, apresentando as seguintes reivindicações: a) Reposição salarial de 103,13%; b) Encaminhamento e aprovação imediata do Estatuto do Magistério Superior da Bahia; c) Liberação de mais verbas para a UEFS.

A greve dos professores da UEFS já está completando dois meses. Trata-se da 2ª greve que os professores enfrentam em pouco mais de um ano do governo Waldir Pires. A tática do governo tem sido a mesma do ano passado: recebe os professores em audiências sucessivas, mas não apresenta proposta concreta, apostando no cansaço e no esvaziamento do movimento. No ano

passado, as Universidades Estaduais da Bahia, fizeram a mais longa greve da história do movimento docente. Foram mais de cem dias paralisados, tendo o semestre letivo sido inviabilizado na UNEB e na UESB. Este ano, apesar da UNEB e UESB estarem apoiando o movimento e se fazendo representar nas audiências, elas não entraram em greve. A UEFS, após dois meses de paralisação e sem perspectiva de término do movimento, terá, provavelmente, o semestre letivo de 88 inviabilizado graças, mais uma vez, à irresponsabilidade do governo Waldir Pires.

EDUCAÇÃO EM SEGUNDO PLANO

O desrespeito e o descaso tem sido a tônica do comportamento do governo da Bahia com as Universidades Estaduais. Prioridade para a Educação só existe no discurso. Na prática, a incompetência e o descompromisso do governo Waldir Pires em relação ao tratamento dos problemas da Educação tem aprofundado a crise no setor, forçando professores universitários e de 1ª e 2ª graus (atualmente paralisados), a recorrerem pela 2ª vez a uma forma de luta mais radical: a greve. O governo tem cada vez mais dificuldade de manter a sua performance aparentemente democrática. Na prática, impõe às Universidades Estaduais uma política de exterminio. Ao mesmo tempo, submete o funcionalismo público estadual a um arrocho salarial sem precedentes. Nesse sentido, Waldir Pires não discorda do governo Federal: na hora de escolher quem deve pagar o rombo do déficit público, ele e o Sarney estão de acordo e apresentam a conta ao trabalhador.

Durante esses dois meses de greve, os professores da UEFS conseguiram que a Comissão Paritária responsável pelo encaminhamento do Estatuto fosse convocada e concluiu os trabalhos,

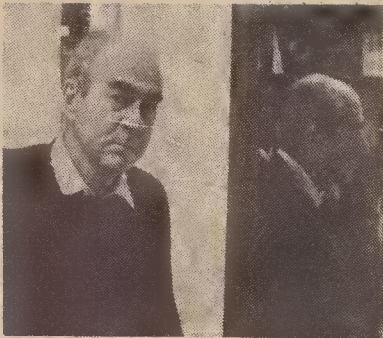
tendo o texto sido enviado à Assembleia Legislativa. O quadro salarial que acompanha o texto, no entanto, não foi fruto de uma discussão na Comissão, mas uma imposição do governo que em nenhum momento sentou com os representantes dos professores para discutir a proposta do movimento. Segundo o quadro do governo, o professor auxiliar 20h terá um salário de Cz\$ 34.000 a partir da aprovação do Estatuto. Os professores propõem Cz\$ 54.000. Até esse momento, o governo se recusa a sentar na mesa para discutir. A disposição dos professores é de manter a greve enquanto o governo “democrático” de Waldir Pires se recusar a estabelecer uma negociação sobre a questão salarial.

PARANÁ GOLPE CONTRA A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Apesar da grande mobilização da comunidade universitária das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, a Assembleia Legislativa desse Estado, aprovou no dia 05 de maio, o anteprojeto de lei, encaminhado pelo governador Alvaro Dias, que fere diretamente a autonomia das IES. O governo Alvaro Dias tem sido responsável por uma campanha sistemática de desgaste da imagem das IES visando na verdade, justificar o seu intuito de gerenciar autoritariamente as Universidades. No início desse ano, Alvaro Dias tentou atingir a autonomia das IES através de um decreto-lei. Graças, porém, à ampla mobilização e

luta dos professores, alunos e funcionários das IES paranaenses, o governador recuou, num primeiro momento, para posteriormente, mudando a tática de ataque, encaminhar à Assembleia Legislativa, onde ele conta com o apoio da bancada majoritária, um anteprojeto de lei nos termos em que tinha sido pensado o decreto-lei. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná acaba de dar mais um exemplo do seu atrelamento ao Executivo. Os compromissos eleitorais, os conchavos, são elementos que se sobrepõem aos interesses legítimos da comunidade.

O anteprojeto de lei aprovado, submete todas as questões que dizem respeito à expansão financeira das IES, à aprovação do poder executivo. Prevê também, a criação de um Conselho Consultivo, formado por diretores de faculdade, reitores e presidido pelo Secretário Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. A sua aprovação concede ao governo do Estado do Paraná, o direito de intervir, de maneira mais incisiva, nas IES. A luta por uma Universidade autônoma e democrática, travada pelo movimento docente, acaba de sofrer mais um grande golpe. A comunidade universitária paranaense continua organizada, manifestando o seu repúdio a essa decisão. Várias formas de luta estão sendo encaminhadas no sentido de denunciar o caráter autoritário do anteprojeto de lei e de traçar diretrizes para o enfrentamento com o governo. Entre outras coisas, decidiu-se: confeccionar placa de metal com os nomes dos deputados que votaram a favor do anteprojeto de lei; realizar uma reunião do Comitê em Defesa do Ensino Superior, em Ponta Grossa e realizar em Maringá, uma Assembleia Geral Universitária. A perspectiva do movimento é a de tentar reverter esse processo, no momento das Constituintes Estaduais.



Iberê Camargo desembarcou em Porto Alegre em dois momentos distintos de sua vida, vindo de longe, carregado do recuo necessário para ver a realidade tal qual ela é. Na primeira vez, aos 22 anos, vindo de Restinga Seca, onde nasceu, recebeu o impacto de uma capital que nessa época desconhecía e interpretava mal o modernismo. Era uma cidade conservadora, onde Fernando Corona e Casimiro Fernandes eram dos poucos que aceitavam o novo. O Instituto de Belas Artes, fechado ao modernismo, congregava a maioria dos pintores que exercia o magistério. Nesse ambiente, a literatura era o ponto culminante da criatividade gaúcha, com Érico, Moog, Quintana e outros.

Iberê vive aqui por 16 anos e muda-se para o Rio de Janeiro. Anos depois, em 1982, a vida devolve-o a Porto Alegre. E, desta vez, surpreende-se com o “marasmo cultural”, expressão que êle próprio usou pela primeira vez em 1965, no histórico debate do extinto Teatro de Equipe, quando ainda não imaginava o quanto a expressão seria real. “Existem grandes nomes — esclarece — em todas as áreas, mas o ‘achinelamento nacional’, que vem da massificação da miséria material e cultural sufoca a todos. Fala-se em promover a cultura, mas não se lhe dá os meios materiais para isto. Cria-se uma Secretaria de Cultura com não sei quantas datilógrafas, uma enorme burocracia, mas as condições materiais de trabalho não existem ou são inacessíveis para a maioria dos artistas. Então, que cultura é essa que estão oferecendo? É apenas para mostrar o quanto somos atrasados?” O pintor lembra um museo que visitou recentemente no Uruguai, funcionando num prédio modesto, “com um diretor, uma secretária e um vigia. Quanto a nós... precisa comentar?”.

AMOR À TERRA

Visitamos Iberê querendo saber de suas várias chegadas a Porto Alegre. Depois de várias horas de uma conversa surpreendente nos ocorreu os versos de um poema visionário: “Sou gaúcho e me basta/Prá ser feliz no Universo”. A Iberê, ser gaúcho não lhe basta para ser feliz. Mas lhe basta para construir seu próprio Universo. Um Universo que tem pontos de referência muito precisos: “dizer que esta terra teve fronteiras riscadas à ponta de lança não é brava. Foi assim mesmo, e isso mostra que aqui existiu amor à terra e que este amor está nas nossas origens. Esqueçê-lo resultado nisso que está aí”. “Isso que está aí” é o “achinelamento”, a perda de identidade nacional e a incapacidade a resistir ao colonialismo, à alienação cultural e à miséria.

Seu Universo, rigoroso, lhe impõe atitudes precisas: num ônibus no Rio de Janeiro, quando o condutor manda os passageiros que viajam de pé no corredor (o que é proibido) se acocorarem para não serem vistos num posto policial, Iberê não aceita e prefere descer do ônibus. “Como é que uma pessoa aceita ficar de cócoras enquanto outras lhe suprimem seus direitos? Como é que consegue não se sentir humilhada e não resistir à essa humilhação?”

Os personagens do Universo histórico de Iberê jamais ficaram de cócoras, “e nos legaram uma terra, uma nacionalidade, contra tudo e contra todos. Que estamos fazendo com ela?”

— Os caudilhos existiram, Iberê?

— Existiram, e não deveríamos permitir que se perdesse sua memória. Quem se lembra ou sabe quem foi um homem chamado Honório Lemos, por exemplo? É claro que muitos deles lutaram pelo latifúndio. Mas chê, a vida é uma só, e quando um camarada não tem medo de perdê-la, quando a entrega assim, tem que ser respeitado! Mas se alguém hoje falar em Zumbi são capazes de confundir com zumbido!”...

Este esquecimento nega não apenas nossos nomes, mas também iniciativas importantes das quais nada mais resta. “Já tive

CULTURA

IBERÊ CAMARGO PROFISSÃO: PINTOR “PRÁTICO LICENCIADO”

Um homem indignado com a miséria que rói as pessoas, que inviabiliza a criação artística, que retrai e amedronta. Um artista preocupado com a “morte do mundo” pela poluição, pela corrupção, pela pobreza, e que registra, a cada instante, nas cores cinzas de suas telas, pintando o “lixo da vida”. Suas séries “miséria”, “desastres”, “papeleiros”, entre outras, estão carregadas do lado sombrio da existência e da amargura de alguém que entabula uma conversa dizendo: “Os olhos do coração são realmente os que dizem a verdade...”, e conclui seu pensamento sugerindo uma exposição de pinturas com merda sobre folha de bananeira, segundo ele mostra fiel da nossa realidade.

mos aqui uma revista como a da Edifora Globo, não é? Dirigida por Justino Martins, outrora lida em todo o país e hoje desaparecida.” Fala-se em intercâmbio cultural com outros países, “mas trocar o quê, se somos nascidos hoje?, se nossos ídolos são importados?”

Foi criticando essa falta de memória que sugeriu, numa recente entrevista, que se colocasse uma estátua de John Lennon (para a qual se estava procurando um lugar), no pedestal onde hoje está Borges de Medeiros. “Poderíamos também aproveitar — ironiza — e trocar o Duque de Caxias, que está lá mal posto sobre aquele cavalo na Praça da Alfândega, por Humphrei Bogart, ou então, melhor ainda, por aquela mulher que recebe os ventos por baixo. Pois não são estes os nossos ídolos?”

COR LOCAL

Ser gaúcho, para Iberê, não lhe basta para ser feliz. Mas é nesse Universo que vai buscar uma espantosa lucidez. Sua visão da realidade é amarga não apenas porque fere a sensibilidade do artista, mas porque é filtrada por um sentido de honradez, de dignidade humana, de certeza que a vida não é nada sem um objetivo que a torne transcendente, e de que as pessoas são cotidianamente roubadas deste objetivo; “me criei ouvindo as histórias de grandes personagens. Nelas é que me formei, e não nas academias.” Cantarola o Hino da Revolução Federalista e mostra a pele arrepiada do braço: “Vejam, com isto Iberê se emociona” (na conversa, de passagem, Iberê não hesita em acariciar a idéia do separatismo. Mas é apenas um movimento de destaque de seu próprio Universo, pois o compromisso de Iberê com a realidade objetiva da vida ultrapassa qualquer idéia de fronteira).

— Como você sente sua arte neste ambiente, Iberê?

— Veja, a arte é uma linguagem universal. Cabe ao pintor, a cada artista individualmente, dar a sua cor local (frisa, como se pegase a “cor local”). Cabe a cada artista exprimir a sua forma de sentir a realidade, de exprimir a sua vivência. Então eu pinto isto que eu vejo, que eu sinto, esta miséria das pessoas. Uma árvore frondosa e florida não me atrai, sabes? Mas uma árvore seca, desfolhada, para mim está muito mais próxima de exprimir este mundo. É assim que eu vejo. Mas, como pintor, eu tenho que participar do ente da arte. Isto é muito importante (frisa, em tom professoral).

A “cor local” Iberê busca-a em suas andanças pela cidade, pelas praças, onde vê, esprieta as pessoas, espera a repetição do gesto, pois “as pessoas são como um carrocel, giram sempre, se repetem”, e capta estes momentos em rápidas anotações, esboços ligeiros do que serão mais tarde suas telas. (Foi num destes momentos, quando fazia anotações sobre os manequins da vitrine da Casa Lyra, para sua série “Modelos”, que passou uma senhora, viu seus desenhos e comentou: “Como o senhor desenha bem, moço! Eu nem preciso desenhar. Chego em casa e faço estes modelos direitinho tudo de memória.” — “A senhora é que é feliz”, brincou Iberê. “Eu fico aqui

copiando, copiando, e depois chego em casa e me corto todo com a tesoura, me espeto os dedos com a agulha e não consigo fazer nada disso aí...”)

ALGO ESTRANHO

— E como é que você trabalha? Esse negócio de disciplina funciona?

— Não, não, não (repete várias vezes). É uma coisa passional, pura paixão. Quando estou trabalhando não conta a hora, comida, nada. Se fico muito tempo sem trabalhar fico angustiado (levanta e anda pelo atelier). É uma coisa imprevisível. (Imprevisível como na ocasião em que Jane e Marisa, suas amigas de Santa Maria, vieram visitá-lo. Iberê estava terminando um quadro, e quando as viu, achou que elas estavam com “algo estranho, vestidas nuns tons de preto”, e convenceu-as a posar para ele. Quatro horas depois, sem interrupção, estava pronto “Jane e Maria”, um quadro de no mínimo 1,50 x 0,90 metros, que hoje faz parte da coleção particular de sua mulher, Maria.) E é tudo um momento. É um momento que a gente sente e capta. Às vezes faço uma anotação e depois, quando vou passar para a tela, não consigo. Não consigo repetir, de memória, o momento que captei antes. É angustiante. (Como na vez em que fez anotações sobre um gaiteiro em frente à Loja Riachuelo, na esquina da Borges com a Praça XIV. Ao tentar transpô-lo para a tela, Iberê viu que o momento tinha “morrido”. Depois de horas de trabalho raspou tudo com a espátula e concluiu que era melhor esquecer o tema. Depois do jantar resolveu insistir, e concluiu “O Gaiteiro”, após quase toda uma noite de trabalho: um quadro cinza, perturbador, onde um indivíduo quase branco dedilha os teclados de uma sanfona — ou seriam suas próprias costelas? — enquanto um cão esquelético dorme aos seus pés.)

ETERNO RECOMEÇO

— Mas como chegar a este momento de criação, ao ato?

— Pois é. A gente nasce assim. É uma coisa que se está sempre recomeçando. (Anda pelo seu atelier, procura alguns esboços e olha para a tela em que está trabalhando) Picasso referia-se a isso quando disse — ‘Estranha profissão esta, de esfregar tinta numa tela’. Isto é quase um trabalho de Sísifo, um eterno recomeçar, sempre de um ponto inicial, tentando retomar um momento essencial. Um trabalho sem fim, sem que se possa saber com antecipação se vai resultar em algo proveitoso. Mas eu diria que dentro da infelicidade humana o pior seria não fazer este trabalho de Sísifo. A melhor opção ainda é fazer, é tentar. É apostar que algo vai sair de nossos projetos e nos dedicarmos a ele com toda a nossa sinceridade. Quando me ponho frente a uma tela em branco eu me arrisco a um fracasso definitivo, neste eterno recomeço contra tudo. Mas (brincando), o mundo não perderia muito com um pintor a menos... Então eu preciso tentar, jogar a minha vida ali, porque esta é a opção menos infeliz.

— Como um caudilho, Iberê?

— É, acho que sim. Acho que é como um

caudilho. É a paixão, o irracional, a loucura, o delíto, é tudo isto... é uma procura sem fim”.

Sem diplomas, Iberê define-se ironicamente como um “pintor prático-licenciado”. Aliás, não exclui a Universidade dessa amarga visão que tem da sociedade. “As academias para que servem? Reúnem um grupo de pessoas, que ficam lá confabulando, muitas vezes preservando seus carguinhos. E alguém cuidando da porta, porque isto é o mais importante (frisa, em tom teatral). Não existe academia sem alguém cuidando da porta de entrada, porque não é qualquer um que pode entrar. Não são capazes de perceber que a vida não respeita mais portas. Que a vida já está arrombando as portas, entrando pelas janelas, tudo?”

— O que você esperaria da Universidade, Iberê?

— Antes de mais nada, a Universidade deveria ensinar as pessoas a ser gente. Isto é que é importante: ser gente. Para isto, as pessoas tem que aprender o uso das coisas, qual a sua utilidade. As pessoas não sabem usar o automóvel, por isso se matam. Alguém já parou para pensar na mortandade que o automóvel está causando neste país? (Sim, Iberê já. Um pintor que está preocupado antes de tudo em “dizer não ao holocausto” não hesita diante de seus temas. E Iberê foi buscar no pátio do DETRAN as imagens retorcidas, os restos estáticos, os flagrantes de hediondez das estradas brasileiras. E, sob os olhares desconfiados dos funcionários do Departamento, fez e refez dezenas de esboços, anotações sobre a própria fealdade, para recriar nas telas — série “Desastres” — o “momento” em que daqueles montes de ferros saltou o desespero.) Mas o professor, que deveria ser um guia, se desliga da vida e passa informações abstratas. Tem que fazer como fazia a D. Ritinha. (D. Ritinha, uma solteirona nervosa que pelos idos de 1920 lhe ensinou as primeiras letras, levava uma bacia d’água para a sala de aula e mostrava aos seus alunos entre atentos e espantados, como se lava as orelhas limpando as suas e, de cócoras, como se faz um banho de assento.) D. Ritinha — enfatiza brincalhão — deveria ser convidada para a Escola Superior de Guerra!

PASSIVIDADE

“Hoje não é a Universidade, nem a escola, que educa as pessoas. Quem educa o povo brasileiro é a rede Globo, é a televisão. Ela deixou as pessoas completamente dependentes. As novelas já substituem a vida. Matou a cultura local, as novelas vivem criando modismos todos os dias. A televisão fez desaparecer o ‘tu’, que eu sempre considerei a linguagem do coração. Hoje se fala ‘você’... nem é ‘você’, é ‘ocê’... ‘cê’... ‘cê que sabe’... ‘cê’ isto, ‘cê’ aquilo. Isto não é nosso! Mas a televi-



são está aí, constrói políticos, opiniões, prega suas verdades. Quem tem atividade na televisão, na imprensa, deveria ser proibido de se candidatar a qualquer cargo.”

O pior, para Iberê, é a passividade das pessoas diante do caos. Ofereceu seus quadros da série “Desastres” ao DETRAN, para uma campanha contra os acidentes de trânsito, mas não encontrou interesse. “Ninguém se interessa por nada”, conclui desolado. “O país está afun-

dando, quem é que não vê? E o Governo faz alguma coisa? Afunda mais ainda! E alguém faz alguma coisa para evitar que o Governo afunde o país? Não, está tudo bem!”

Sobre a corrupção: “Costuma-se dizer que o Getúlio caiu com uma frase do Lacerda, que num discurso famoso disse que o Palácio do Catete estava flutuando num mar de lama. Isto foi o suficiente para acabar com o Getúlio!” — E hoje? “Hoje não há mar de lama que chegue. Hoje o Governo está afundando é num mar de merda! E parece que estamos todos embriagados com o odor fecal!” Indigna-se com os “políticos globais com seus jetons” com uma ex-futura primeira-dama, D. Ri-soleta Neves, “uma fazendeira, que tem o desprante de receber uma pensão milionária como viúva de presidente, sem que seu finado marido tenha sido presidente um único dia de sua vida! Enquanto isso, viúvas de trabalhadores, professoras que trabalharam toda a vida estão aí vivendo com um, dois mil cruzados por mês”.

— Qual o final disso tudo, Iberê?

— Só uma revolução pode dar um basta a este caos. Não vejo mais possibilidade de uma solução pacífica.

— Você se considera um artista engajado?

— Não. O meu engajamento é para uma vida melhor, mais humana. Não militei e não milito em grupos políticos. Minha militância é na vida.

Observa que sua pintura não seria uma arma suficiente para a militância política, para o engajamento num projeto definido. Sua obrigação, ressalta, é passar o que vê, registrar o drama da humanidade nas suas telas. Cita Van Gogh, “que nunca teve uma militância organizada, pelo menos que eu saiba, e que soube fazer isso. Um quadro de Van Gogh é um quadro comovente, que atinge, porque ele soube sentir o momento que viveu e não colocou limites na sua expressão.”

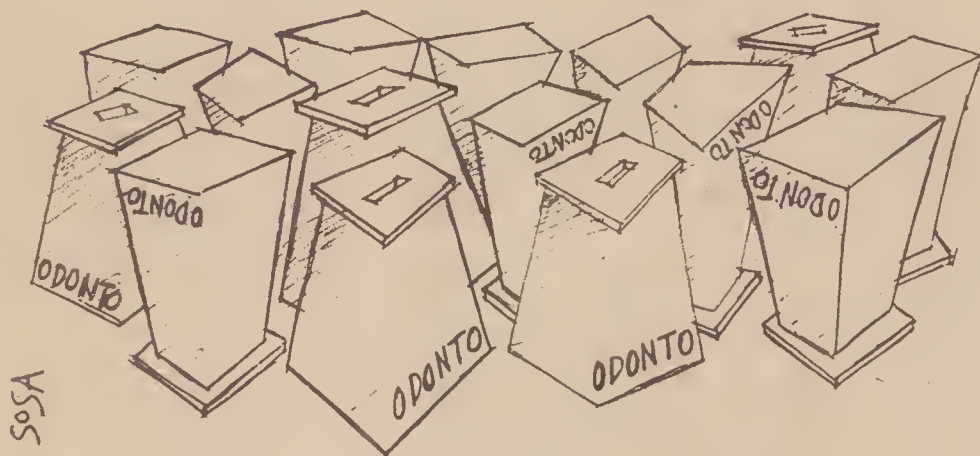
Para definir seu engajamento, Iberê busca entre suas centenas de esboços, anotações, registro de seus quadros (onde só se orienta com a ajuda de Maria, sua mulher...) o texto que escreveu para um painel encomendado pelo jornal Zero Hora, exposto na cidade em “out-doors”, em 1983. No painel imenso, onde uma explosão de fogo e sangue, agressivamente vermelha, destrói a criação do homem, Iberê escreveu: “Parece que o homem, condicionado pelo inconsciente coletivo, encaminha-se para um fim inexorável. Através dos tempos, inspirados visionários inculcaram no espírito do homem a idéia do apocalipse. Meu trabalho é uma homenagem às mulheres que se deitam acorrentadas nas ruas do mundo para gorarem os ovos da morte, semeados pela terra. Este cartaz também é um grito e um gesto de solidariedade aos que dizem não à prepotência, não à arrogância do forte,

não ao holocausto. Falo apenas em nome da vida. Não tive a intenção de ser original. De propósito, empreguei velhos símbolos, como a criação do homem de Miguelângelo. Nesta hora, o que importa é ser claro, repetitivo, para ser compreendido por todos.”

O jornal suprimiu o texto, preferindo escrever ao lado do painel: “Colorimos a cidade, com otimismo...”

O caudilho está só frente à sua tela!

ODONTO SE OMITE E FRAUDE FICA SEM PUNIÇÃO



Um voto é retirado da urna e substituído por outro. Uma comissão de sindicância apura a existência de fraude eleitoral. Uma perícia grafoscópica, não oficial, comprova o delito. Há uma confissão. Um processo é arquivado por recomendação da Procuradoria Geral, com o aval do Magnífico representante da instituição.

Acrescentado-se a essa história sintética, bastante comum para os (e)leitores brasileiros, ingredientes como localização, datas e nomes (que existem), ainda assim ela estará incompleta. Apesar de ter transcorrido ao longo dos últimos quatro anos na Faculdade de Odontologia da UFRGS, ainda não houve uma solução definitiva, nem punição para o culpado. Fato não menos comum. Mas o caso se torna novelesco se apontados seus personagens principais: representantes do cargo máximo da carreira docente — professores titulares — e o próprio diretor da Odontologia — professor José Dorneles de Freitas Vale, atualmente afastado do cargo por motivos de saúde.

Na ausência de uma solução satisfatória, e pela determinação de setores que teimam em “resgatar a dignidade da Faculdade”, o caso sai mais uma vez da gaveta, para o desconforto de outros que optam pelo esquecimento.

OS FATOS

O escrutínio de 14 de agosto de 1984 deveria eleger um representante e um suplente para o Conselho Departamental (Condep) da Faculdade de Odontologia, entre os nove professores titulares da época. Estava encarregado de acompanhar a eleição o então vice-diretor da Odontologia, hoje seu diretor licenciado. Por determinação sua, os resultados do pleito foram apurados pelo professor Icléo Faria e Souza que, por sua vez, solicitou ajuda de seu colega Aron Lejba Katz. Ambos haviam votado. Ora, com um número reduzido de cédulas-cinco, pois três professores não haviam comparecido — os votos foram examinados sem qualquer dificuldade. Aron Katz pôde verificar, por exemplo, que o voto que havia emitido para o professor Luiz Carlos Tovo não estava na urna. Também sem dificuldades percebeu que a cédula em questão havia sido substituída por outra, onde se lia o nome do professor Nicolau Fonseca Milano, vencedor do pleito.

Katz, que no momento prefere não se manifestar a respeito, solicitou a impugnação da eleição, apontando outras incorreções. O professor Eduardo Barros, Diretor da Odontologia na época, anulou a eleição. Houve uma outra que confirmou a indicação do professor Milano para a vaga a ser preenchida no Condep.

Final de agosto de 1984 — Por decisão do Condep, é instaurada uma Comissão de Sindicância para a apuração dos fatos.

Agosto de 1986 — A Comissão confirma a existência de “uma falha na primeira eleição”, encaminha o processo ao órgão superior — Condep — afirmando que a identificação do autor material do voto em questão seria relativamente fácil, e solicitando total esclarecimento do caso. O Condep (agora presidido por Freitas Vale) remete o processo à Procuradoria da UFRGS.

Dezembro de 1986 — Alegando falhas na apresentação formal do parecer da Comissão de Sindicância, a Procuradoria da Universidade decide pelo retorno do caso à Odontologia, su-

gerindo designação de nova Comissão.

Junho de 1987 — Durante reunião ordinária da Congregação, os professores Tovo e Eleutério Martins solicitam informações sobre o andamento do processo referente à fraude.

Julho de 1987 — Reunião extraordinária da Congregação. Vários professores manifestam-se a favor da apuração dos fatos. Tovo apresenta prova grafoscópica (feita por iniciativa pessoal) fornecida por um perito da polícia civil, apontando o autor da fraude: o professor Freitas Vale. O voto de dezessete professores contra um decide recorrer à instância superior, ou seja, à Procuradoria Geral da UFRGS. Esta decisão fundamentava-se na confissão de Freitas Vale — neste momento já em licença de saúde — aos membros da Congregação.

Dezembro de 1987 — O processo é retirado do arquivo por ação individual de professores que dão conhecimento de seu conteúdo à Congregação. Dado o caráter informal da informação, esta decide-se pela solicitação oficial de vistas ao processo.

Seis meses depois — Em 5 de maio de 1988 (após realizadas entrevistas que deram origem a esta reportagem) a Congregação toma conhecimento do processo desarmado. É dado ciência aos membros desse órgão que, perguntado informalmente sobre a possibilidade de vir a se exonerar do cargo (criando assim um fato novo capaz de orientar uma decisão quanto ao processo em pauta), o professor Freitas Vale negou-se a admitir tal hipótese. Mesmo nessa circunstância a Congregação decidiu solicitar uma resposta oficial do professor.

12 de maio de 1988 — Freitas Vale anuncia que solicitará exoneração do cargo. Pede um prazo para expressar sua decisão ao Magnífico Reitor.

19 de maio de 1988 — A Congregação reúne-se para apreciar o provável pedido de exoneração do Diretor licenciado. Surpresa: não houve tal solicitação. Em seu lugar, um novo pedido de prorrogação embasado na necessidade de consulta a um advogado, segundo Freitas Vale, dada a magnitude da decisão a ser tomada. Perplexa, a Congregação decide fixar um prazo definitivo para receber a solicitação de exoneração. Caso esta não se concretize, solicitará ao CONSUN a exoneração do diretor licenciado. Complementando tal decisão, considerou imprescindível manifestar ao Sr. Reitor sua desconformidade com a forma que deu trato ao processo nº 23078.04020/86-46 R, seu número de registro na Reitoria.

Junho de 1987 — Não aguardo de novas decisões, adiamentos, arquivamentos ou outra solução, o desfecho do caso será noticiado na próxima edição deste jornal.

DIVERGÊNCIA

O que se depreende destes fatos todos é que há uma indignação generalizada junto à Faculdade de Odontologia, sobretudo da parte dos alunos. A comunidade implicada espera dos órgãos diretivos uma atitude que tarda em aparecer. Cassiano Scapini, presidente do Diretório Acadêmico, manifesta-se pelo total esclarecimento de todos os fatos nebulosos no interior da Universidade.

Há, contudo, opiniões divergentes, como a do Diretor em exercício, professor João Jorge Barbachan, julgando que todos os processos le-

gais foram feitos. Ele argumenta que estas questões “da economia interna da faculdade” tornam-se fator de desagregação, se tratadas publicamente. Barros, o ex-Diretor, diz que a Universidade não cumpriu inteiramente seu papel. Explica que o processo legal seria, uma vez concluídos os trabalhos da Comissão de Sindicância, (cujo papel é comprovar a existência do fato) a instalação de uma Comissão de Inquérito. Barros também lamenta que o fato se torne público sem que o processo normal tenha sido concluído. Já o professor Tovo defende a transparência da Instituição e prefere uma tomada de posição de toda a comunidade envolvida. Uma vez comprovada a autoria da fraude, diz, o mínimo que o implicado tem que sofrer é a perda do cargo.

Sobre os posicionamentos paira, no entanto, uma pergunta comum, ouvida pelos corretores da Faculdade: “Qual a força moral que os professores terão para coibir as faltas que venham a acontecer com alunos?” se a figura máxima do Estabelecimento de Ensino mantém-se impune, a despeito dos protestos dos interessados em cumprir a lei?

REITOR APOSENTA FREITAS VALE E CONGREGAÇÃO ENCERRA O CASO

O diretor (licenciado) da Faculdade de Odontologia, professor José Dorneles de Freitas Vale, teve sua aposentadoria baixada pelo Magnífico Reitor Francisco Ferraz. A decisão foi comunicada à Congregação daquela Faculdade, durante a reunião de 26 de maio passado, quando esta votaria o encaminhamento de um pedido de exoneração de Freitas Vale ao Conselho Superior da UFRGS.

Na ocasião, a Congregação decidiu-se pelo encerramento do caso, em votação aberta e uninominal. Votaram pelo encerramento do processo os professores João Jorge Barbachan (diretor em exercício), Alvi Barbizant, Paulo Verney Ramos, Icléo Faria e Souza, Hugo Gigante, Léo Süfer, Nicolau Fonseca Milano, Paulo Berred, Antônio Fagundes Pires, Eleutério Martins e Jaime Piciceli.

Os professores Luís Carlos Tovo, Eduardo Correa de Barros, Fernando Molinos Pires e a acadêmica Suzana Neves votaram pelo não encerramento do caso. A Congregação aprovou ainda a divulgação, na Faculdade de Odontologia, de um documento dando conta dos acontecimentos.

Nota do Editor

Esta última notícia chegou à redação do nosso jornal quando este já estava em fase de impressão. Mesmo assim, e em nome do cumprimento do papel a que este veículo se propõe, decidimos pela veiculação da matéria. Todas as informações aqui contidas foram obtidas das atas das reuniões citadas no texto, e de entrevistas com professores e alunos da Faculdade de Odontologia.

MULHER E LITERATURA É TEMA DE SEMINÁRIO

As relações da mulher com a literatura estarão em debate nos dias 10, 11 e 12 de agosto próximo. O Instituto de Letras, com o patrocínio da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, estará realizando o II Seminário Nacional sobre a Presença da Mulher na Literatura. Os temas a serem tratados são: mulher e literatura: perspectivas teórico-críticas; representações do feminino no texto literário; do silêncio à palavra: o processo cultural e a construção do feminino.

Através de conferências, mesas redondas e comunicações, o seminário pretende ampliar a discussão sobre a relação mulher e literatura, como forma de questionamento do desenvolvimento sócio-cultural e refletir, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, questões referentes à representação, discurso e ideologia no texto literário.

Maiores informações podem ser obtidas com a professora Rita Schmidt, pelo telefone (0512) 36.4700.

XVII CONAD

Representantes de todas as Instituições de Ensino Superior — IES, federais, estaduais e um grande número de IES particulares do país estiveram reunidos desde o dia 2 de junho, no auditório da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, durante o XVII CONAD — Conselho Nacional de Associação de Docentes, que terminou no domingo, dia 5. Na sessão de abertura, tomou posse a nova diretoria da ANDES sob a presidência do professor Sadi Dal Rosso, da UnB.

Da pauta das discussões constou a avaliação das deliberações da ANC sobre educação, legislação ordinária do ensino superior, a intervenção da ANDES, através das Vice-Presidências regionais, nas Constituintes estaduais, além da avaliação do movimento nas IES privadas.

Também no dia 2 de junho, aconteceu o III Encontro de Docentes das ADs das IES estaduais para debater questões específicas da categoria.

V ENCONTRO DE DOCENTES DA ÁREA DE SAÚDE

O Grupo de trabalho sobre política de saúde da ANDES promoveu nos dias 1º e 2 de junho, na Escola de Enfermagem da UFRGS, o V Encontro de Docentes da Área de Saúde. O temário versou sobre: Hospitais Universitários — estrutura e modelo de gestão; Integração docente-assistencial — o conceito de assistência; O Papel dos Hospitais Universitários na Reforma Sanitária e as Obrigações Trabalhistas dos Docentes na Área da Saúde frente à Demanda da Assistência.

A ADUFRGS fará uma avaliação destes dois eventos, que será publicada no próximo nº do AD-verso.

